

Sarney admite alianças com oposição em 1982

Da sucursal de
BRASÍLIA

As eleições gerais de 1982 são consideradas pelo governo como a pedra de toque, o tijolo de sustentação, de toda a estrutura político-institucional em processo de aprimoramento. Seus resultados é que ditarão os novos rumos e etapas, uma vez que, até lá, assistiremos apenas à consolidação do atual quadro partidário, à volta às eleições diretas de governador e ao fim dos "biônicos" e da Lei Falcão. A própria reforma ampla da Constituição, apesar de discutida desde já, não deverá ser promovida pelo atual Congresso, senão pelo futuro, a ser revelado precisamente naquele pleito.

Dentro do espírito de considerar as eleições de 1982 o fator mais importante de todo o contexto, e, naturalmente, diante da necessidade absoluta de não perder a maioria no Congresso e de ver eleitos governadores do PDS na maioria dos Estados, é que o presidente da legenda oficial, senador José Sarney, admite vir a celebrar alianças com todos os demais partidos, dependendo de cada caso. Assim, se em Minas Gerais, por exemplo, o Partido Popular se apresentar aparentemente imbatível, com um candidato tido como já vitorioso ao Palácio da Liberdade, por que não imaginar que o PDS, o PTB, o PMDB e até o PT não poderão chegar a alguma forma de entendimento? Vale o quadro para todos os demais Estados e situações, ainda que Sarney acentue, com realismo, constituir objetivo do governo vencer o mais possível com seus próprios candidatos. Aqui e ali, porém, por meio de coligações, e diante de derrotas possíveis, por que não inverter o jogo mediante candidaturas comuns, em torno de alguém aceito por duas, três ou até quatro correntes?

O presidente do PDS salienta que as coisas realmente mudaram, em termos políticos, e, no momento em que o pêndulo do poder se desloca para os partidos, seria inadmissível imaginar-se o PDS estático ou imperial, situado acima e além das manobras, acertos e conversas naturais com as demais correntes. Por isso, ele não acredita muito na tese da união dos partidos de oposição em torno de uma frente ampla, como sustenta o líder Thales Ramalho, do PP. Julga que, em muitos Estados, o PDS poderá estar composto com o PP, em outros com o PTB, o PT e até o PMDB, errando quem supuser que o maniqueísmo anterior à extinção da Arena e MDB será aceito pela legenda oficial, como uma carapuça.

Comedido em suas declarações, e enfatizando que abrir a possibilidade de entendimentos futuros para os pleitos diretos de governador não significa engrossar a corrente dos que lutam pela precipitação dos processos sucessórios, Sarney repele insinuações de mexicanização do quadro partidário. Para ele, nem o governo nem o PDS pretendem, de forma alguma, acombarcar espaços dos outros partidos e promover o unipartidarismo, como apregoam setores da oposição. O fato novo e principal, na atual quadra, é de que o jogo mudou e, se a disputa, agora, se fere no campo político, partidário e parlamentar, vencerá quem dispuser de melhor capacidade de manobra. Conforme o presidente do PDS, o governo conscientiza-se disso, pois uma das mudanças principais registradas verifica-se precisamente nele: agora, inexiste os instrumentos revolucionários e excepcionais e tudo o que se pretender, em termos políticos, precisará ser negociado. Cada batalha parlamentar envolverá conversas, diálogos e negociações, por parte do PDS, com rela-

ção aos demais partidos, apesar de ele ser majoritário, bem como, do outro lado, entendimentos interna corporis.

Sem discutir o passado, Sarney sabe que com a Arena era diferente, pois às bancadas arenistas restava obedecer, e de pés juntos. Não apenas a sombra de cassações e punições revolucionárias pesava sobre todos, mas também certa postura de acomodação se havia incrustado no conjunto, ele sabe, ainda que não diga. Agora não. Além de os tempos serem outros, de abertura e democratização, motivados principalmente pela postura do governo João Figueiredo, o partido oficial também é outro. Não mudou só a sigla, mas mudaram o programa, os objetivos e os mecanismos e ação. A tudo isso precisará corresponder, assim, novo comportamento político, erigido na base da negociação. O PDS, para ele, será o partido do governo e um partido no governo, participante e atuante.

Questão de legitimidade

Todos os aspectos levantados a respeito da reformulação ampla da Constituição, oportunos, necessários e ponderáveis, cedem lugar a outro, maior e mais importante, porque fundamental: a legitimidade. De repente, todos parecem ter-se lembrado de que a Carta em vigor proveio de uma Junta Militar, ou seja, viu-se outorgada por quem havia, ilegitimamente, usurpado o poder, mesmo um poder já ilegítimo. O que ontem constituía tabu, verdade impossível de ser proclamada, hoje ganha tranquilamente as ruas: não poderemos mais permanecer sob a égide de uma Constituição imposta, sobre a qual o Congresso não se manifestou, e que durante tantos anos trouxe em seu bojo a contradição do Ato Institucional nº 5. A fórmula do Ato Adicional, como receptáculo ou envolvório para uma série de emendas constitucionais, nasce exatamente disso: a necessidade de legitimação de nossa lei maior pelos representantes do povo.

Quais?

Podermos ser os atuais, expressos no Congresso que irá até 1982, como poderão ser os eleitos naquele ano. Afinal, se a questão em debate é a legitimidade, vale acentuar que os atuais deputados e senadores se elegeram em 1978 quando ainda vigorava o Ato Institucional nº 5, ou seja, poderiam ter sido cassados, como candidatos, ou ter tido suspensos os seus direitos políticos, como todo o eleitorado, além do que se obrigaram a desenvolver uma campanha condicionada pela Lei Falcão. Se é verdade de que, ao se empossarem, já havia desaparecido o AI-5, também é certo que plenamente legítimos não são os seus mandatos. Com relação aos parlamentares eleitos em 1982, espera-se, não acontecerá o mesmo, pois as previsões são de que, além da volta às eleições diretas de governador, o governo promova uma revisão na Lei Falcão, conforme promete o presidente João Figueiredo. O problema é que, se fôssemos examinar a questão com os olhos severos de um mestre-escola do século passado, nem o futuro Congresso disporia de toda a legitimidade para promover a reforma constitucional: acontece que, pelo que se ouve nos corredores palacianos, pretende-se acabar com a figura dos senadores "biônicos", para o futuro, mas "respeitados os mandatos dos atuais", ocorre dizer, de 82 a 86, um terço do Senado ainda será constituído pela fauna dos que receberam de presente um mandato que popularmente não possuem. E, como seus votos serão também computados, como seus pareceres, discursos, e seus discursos, ouvidos, legitimidade plena para o Legislativo, mesmo só em 1986. Será?..

C.C.